

CONTAS PÚBLICAS

Dívida vai a R\$ 5,95 trilhões

Montante, que se refere ao governo federal, equivale a 73% do PIB, nível superior à média apresentada por países emergentes

» RAFAELA GONÇALVES

A Dívida Pública Federal (DPF) brasileira cresceu 6,02% em 2022, fechando o ano em R\$ 5,95 trilhões, ante R\$ 5,61 trilhões em 2021. Segundo relatório divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, esse é o maior valor da série histórica, iniciada em 2004. Apenas em dezembro, a dívida aumentou 1,37% em relação ao mês anterior.

A DPF inclui as dívidas interna e externa. O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu 1,48%, atingindo R\$ 5,69 trilhões. Já a Dívida Pública Federal Externa (DPFe) caiu 0,89%, terminando o ano em R\$ 252,4 bilhões.

Segundo o Tesouro, a alta do estoque da dívida pode ser explicada pelos juros que o governo teve que assumir para continuar financiando os gastos públicos. No total, a conta de juros alcançou R\$ 556 bilhões no ano passado.

Com isso, o custo médio do estoque da dívida subiu para 10,21% em 2022, ante 8,91% no encerramento do ano anterior. Somente no caso da dívida interna, o custo médio das emissões de títulos atingiu 12,08%, ante 8,49% em dezembro de 2021. O Tesouro observou que o valor dos juros foi parcialmente compensado pelo resgate líquido de R\$ 218,2 bilhões em títulos.

O economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, destacou que a dívida encerrou



“Temos graves desafios fiscais, uma economia que dá sinais claros de esfriamento. A taxa básica de juros é elevada e cenário internacional é desafiador. O governo tem de endereçar a estabilização da relação dívida-PIB”

Murilo Viana, economista

2022 perto dos 73% do Produto Interno Bruto (PIB). É um nível bem superior à média dos países emergentes, que é de cerca de 60%. Uma dívida muito elevada provoca dúvidas sobre a capacidade de solvência do setor público, além de pressionar as taxas de juros e a inflação. Num cenário de desaceleração econômica, o problema pode se agravar.

“Temos graves desafios fiscais, uma economia que dá sinais claros de esfriamento. A taxa básica de juros, a Selic, está em 13,75% ao ano e o cenário internacional é desafiador, em meio à inflação e aos juros em patamares bastante elevados. Todos esses fatores internos e externos contribuem decisivamente para a perspectiva de crescimento significativo da dívida pública federal nos próximos anos. O atual governo tem de endereçar caminhos factíveis na direção da estabilização da relação dívida-PIB”, avaliou Viana.

A curto prazo, o governo tem boa capacidade de rolar a dívida. O colchão de liquidez da

dívida pública, reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos, encerrou 2022 com R\$ 1,17 trilhão. O valor é 2,96% maior que o R\$ 1,14 trilhão que estava na reserva em novembro, e 0,85% menor que o observado em dezembro de 2021 (R\$ 1,18 trilhão).

De acordo com Viana, com recurso em caixa, o Tesouro Nacional consegue evitar sancionar taxas muito elevadas de juros em momentos de estresse de mercado. “Na prática, se o Tesouro Nacional percebe que os agentes de mercado estão exigindo condições muito altas, pode decidir não rolar determinadas dívidas e pagá-las com recursos disponíveis em caixa”, disse.

Plano para 2023

O Tesouro também anunciou ontem o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2023, que estima um estoque da Dívida Pública entre R\$ 6,4

trilhões e R\$ 6,8 trilhões este ano. A necessidade líquida de financiamento do governo federal neste ano é de R\$ 1,487 trilhão, e parte desses recursos será destinada a cobrir o rombo nas contas públicas.

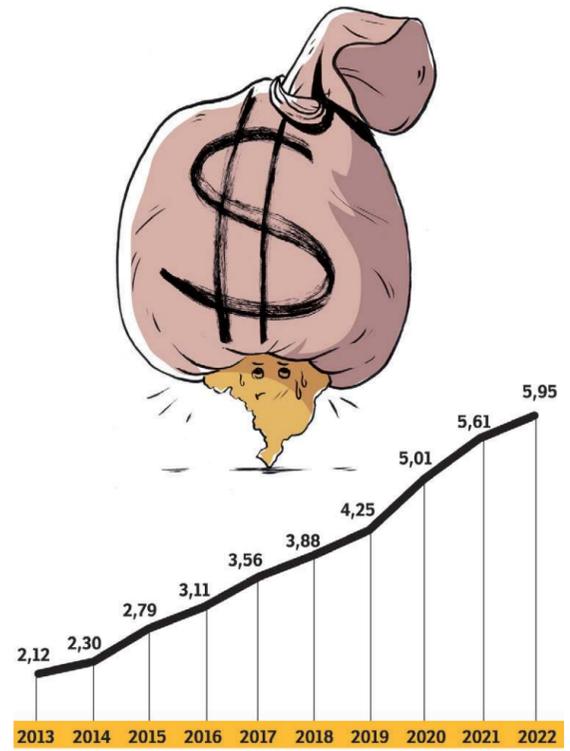
Segundo Otavio Ladeira de Medeiros, subsecretário da Dívida Pública na Secretaria do Tesouro Nacional, o PAF para 2023 foi conservador. “Nós trabalhamos com o orçamento aprovado, que terá receitas menores, especialmente com a desoneração dos combustíveis, e, por outro lado, há o conjunto de despesas adicionais aprovadas por emenda constitucional. Mas temos a expectativa de que melhorias ocorrerão, seja por conta do conjunto de medidas já anunciado ou outras que ainda devem ser anunciadas em breve, entre elas o novo marco fiscal”, afirmou.

Ladeira lembrou que o plano ainda passará por duas revisões periódicas ao longo do ano, em abril e setembro. “Na grande maioria das vezes, a revisão é para a manutenção dos limites. Mas, se o cenário melhorar consideravelmente daqui até lá, nada impede que façamos a revisão e voltemos com números melhores para apresentar, que é a nossa expectativa”, acrescentou.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, ressaltou que a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal serão importantes para atrair investimentos e dar segurança aos investidores. “Terá um papel muito importante na atração de investimentos

Nas alturas

EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (Em R\$ trilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

e na melhora da produtividade da economia por meio da retirada de distorções e do custo de transação que ela gera hoje”, destacou Ceron, que disse que

a nova âncora fiscal contribuirá para que o Brasil recupere o grau de investimento, que é dado pelas agências de risco aos países considerados bons pagadores.

Governo Bolsonaro deixa R\$ 255 bilhões de restos a pagar

O governo Bolsonaro deixou R\$ 255,2 bilhões em despesas contratadas e não pagas para 2023. Chamados tecnicamente de restos a pagar (RAPs), os valores são transferidos de um ano para outro e se transformam em um “orçamento paralelo”, competindo por espaço com os novos gastos.

Como comparação, ao fim do seu segundo mandato o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou R\$ 246,8 bilhões (em valores corrigidos a dezembro de 2021) em RAPs para sua sucessora, Dilma Rousseff. Já o presidente Michel Temer deixou R\$ 189,6 bilhões que, com a correção pela inflação, resultam em R\$ 227,4 bilhões.

O Tesouro Nacional informou que já bloqueou R\$ 33,7 bilhões de RAPs deixados pelo governo Bolsonaro depois que decreto do governo Lula determinou que os ministérios e órgãos públicos façam uma avaliação da

necessidade de se manter ou não os contratos. O decreto faz parte do conjunto de medidas de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, há duas semanas.

O Tesouro informou ainda que um alerta será disparado na próxima semana pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Gestão com as orientações técnicas e de governança fiscal aos seus gestores orçamentários para que façam esse penúltimo. O governo conta com uma medida para reduzir os gastos deste ano e tirar as contas públicas do vermelho. Contratos superiores a R\$ 1 milhão passarão por avaliação.

“Independentemente do bloqueio já feito, todos os órgãos terão de fazer uma revisão de contratos e convênios”, explicou o subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento. “É uma medida de ajuste fiscal porque esperamos que boa parte

dessas despesas bloqueadas sejam canceladas”, disse.

O pacote de Haddad prevê um potencial de economia de R\$ 50 bilhões neste ano, sendo R\$ 25 bilhões por meio da revisão de contratos e programas.

O subsecretário afirmou que, por restrições legais, nem todos os RAPs podem ser bloqueados. Nada também pode ser feito com gastos que já foram processados e liquidados — ou seja, já houve a entrega do produto ou do serviço, mas nem tudo foi pago. As despesas desse grupo somam R\$ 81,8 bilhões.

Também não podem ser bloqueadas despesas obrigatórias, emendas parlamentares impositivas, do Ministério da Saúde e das fundações e autarquias da administração pública indireta.

Herança

Os RAPs deixados para este ano tiveram um aumento de R\$ 21,6 bilhões na comparação

anual. De 2021 para 2022, foram deixados R\$ 233,6 bilhões. A razão do salto foi que, faltando poucos dias para o fim do ano passado, o governo Bolsonaro liberou R\$ 20 bilhões de crédito orçamentário autorizando novas despesas. Como não houve tempo para executá-las, elas foram “carregadas” para 2023, inflando o Orçamento deste ano.

A edição desses novos créditos, no apagar das luzes, só foi possível porque a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, negociada pelo governo Lula com o Congresso, abriu brecha para gastar R\$ 23 bilhões fora teto de gastos — a regra que impõe um limite anual ao crescimento de despesas — ainda em 2022. A PEC também autorizou o governo a empenhar as emendas de relator do orçamento secreto — mecanismo de transferência de verbas a parlamentares em troca de apoio político.

Fabrice COFFRINI/AFP



Fernando Haddad: Fazenda vai rever contratos acima de R\$ 1 milhão

BALANÇO DE PAGAMENTOS

investimento externo é o maior em 10 anos

» FERNANDA STRICKLAND

Investidores estrangeiros praticamente dobraram os investimentos no setor produtivo brasileiro no ano passado. Segundo o Banco Central (BC), o saldo dos Investimentos Diretos no País (IDP) foi de US\$ 90,6 bilhões, volume 95% superior ao apurado em 2021 (US\$ 46,4 bilhões). Com isso, alcançou o maior valor dos últimos 10 anos.

Os dados do relatório do setor externo, publicado ontem pelo BC, mostram ainda que o investimento estrangeiro superou com folga as expectativas da instituição — que, no fim de setembro, havia revisado sua estimativa de IDP para US\$ 80 bilhões. Vale lembrar que, durante a pandemia, o saldo desses recursos desabou. Em 2020, por exemplo, o total havia sido de US\$ 37,79

bilhões, volume que subiu para US\$ 46,4 bilhões. O forte crescimento percentual do ano passado, portanto, ocorreu em comparação com uma base deprimida.

Mesmo assim, o montante aplicado por estrangeiros no setor produtivo foi bastante significativo. Ao divulgar os dados, o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, explicou que o investimento direto no país corresponde a operações de longo prazo, voltado para a ampliação da capacidade produtiva das empresas estrangeiras no país ou em novos projetos. “Isso em geral é interpretado como uma confiança do investidor nas perspectivas da economia brasileira, com as oportunidades que ele teve de investimento.”

O IED é diferente dos investimentos em carteira no mercado

Reprodução/Video



Para Fernando Rocha, do Banco Central, dados mostram confiança do investidor na economia brasileira

doméstico, representados por aplicações em ativos financeiros, que podem ser de curto prazo. Em dezembro, por exemplo, em

termos líquidos, esses ingressos somaram US\$ 4,1 bilhões, dos quais US\$ 2,1 bilhões em ações e fundos de investimento e US\$ 2

bilhões em títulos de dívida.

O IED é importante porque significa uma fonte de recursos mais estável para financiar o

balanço de pagamentos do país (o registro da entrada e da saída de recursos na economia). O valor do ano passado foi mais que suficiente para cobrir o déficit da conta de transações correntes (o saldo da balança comercial, de serviços e fluxo de rendas), que somou US\$ 55,7 bilhões. Para Rocha, a estimativa é que os investimentos diretos permaneçam no mesmo patamar neste ano.

No caso das aplicações financeiras, segundo Bruno Yui, assessor da Dom Investimentos, o que ajudou o fluxo foi a elevação do preço das commodities, como minério de ferro, soja e petróleo, das quais o país é grande produtor e exportador. Segundo ele, basicamente 30% do índice composto por ações ligadas a commodities acabaram por se beneficiar bastante desse fluxo comprador na bolsa. “Isso aconteceu por conta uma combinação de fatores como a guerra na Ucrânia e a reabertura das atividades chinesas, que trouxeram uma demanda maior por esse tipo de produto”, explicou.